

ASSOCIAÇÃO CIVIL PRÓ-SAÚDE DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
CNPJ - n° 73.565.319/0001-38
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em Reais)
PASSIVO

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT
OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO**
(em Reais)

ATIVO			PASSIVO			DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO		
	2021	2020	2021	2020		2021	2020	
CIRCULANTE	4.674.254	5.188.220	CIRCULANTE	988.909	963.048	CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS	7.320.970	7.678.418
DISPONÍVEL	48.460	59.823	PROVISÕES TÉCNICAS DE OPE			Receitas Com Operações de Assist. à Saúde	7.320.970	7.678.418
REALIZÁVEL	4.625.794	5.128.397	ASSISTÊNCIA À SAÚDE	921.973	905.936	Contraprestações Líquidas	7.320.970	7.320.970
Aplicações Financeiras	3.907.334	4.361.068	Provisão de Contraprestação			EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS	(6.930.263)	(4.987.211)
Aplic. Gar. Prov. Técnica	834.483	805.248	Não Ganha - PPCNG	229.282	252.282	Eventos Conhecidos ou Avisados	(6.890.786)	(4.986.129)
Aplicações Livres	3.072.851	3.555.819	Provisão de Eventos a Liquidar – SUS	549	512	Variação da PEONA	(39.477)	(1.082)
Crédito Oper. Planos			Provisão Eventos Ocorridos e			RESULT OPER C/PLANOS ASSIST SAUDE	390.707	2.691.206
Assistência à Saúde	714.679	746.633	Não Avisados – PEONA	692.142	652.666	Outras Receitas Operc Plano Assist à Saúde	916	2.296
Outros Créditos Operac			Débitos Oper Assistência à Saúde	191	0	Outras Despesas Oper Plano Assist à Saúde	(22.355)	(21.211)
Plano Assist. à Saúde	3.727	20.697	Tributos e Encargos Sociais			RESULTADO BRUTO	369.268	2.672.292
Bens e Tít. a Receber	54	0	a Recolher	41.038	34.324	Despesas Administrativas	(1.091.934)	(1.090.684)
			Débitos Diversos	25.707	22.788	Resultado Financeiro Líquido	172.524	84.409
						Receitas Financeiras	314.677	189.804
						Despesas Financeiras	(142.153)	(105.395)
NÃO CIRCULANTE	286.262	293.801	PATRIMÔNIO SOCIAL	3.971.607	4.518.973	Resultado Patrimonial	2.776	2.495
Investimentos	31.034	28.098	Patrimônio Social	4.518.973	2.850.462	Receitas Patrimoniais	2.776	2.495
Imobilizado	255.228	265.703	Superavit / (Déficit) a Disposição da AGO	(547.366)	1.668.511	RESULTADO ANTES IMPOSTO/PARTIC	(547.366)	1.668.511
TOTAL DO ATIVO	5.482.021	3.780.383	TOTAL DO PASSIVO	5.482.021	3.780.383	RESULTADO LÍQUIDO	(547.366)	1.668.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Civil PRÓ-SAÚDE dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa é uma associação de natureza civil, sem fins lucrativos, tendo como finalidade auxiliar sob a forma de ressarcimento a cobertura das despesas médico-hospitalar-medicamentos e laboratorial havidas com doenças dos associados.

NOTA 02 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei 6.404/76, Lei n°. 11.638/07 e Lei n°. 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, além de normas emitidas pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

NOTA 03 PRINCIPAIS PRÁTICAS ADOTADAS

3.1) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado segundo as práticas estabelecidas pela regulamentação da ANS:

3.1.1 As receitas de mensalidades oriundas de contratos em pré-pagamento são apropriadas ao resultado considerando-se o período de cobertura do risco;

3.1.2 As despesas com assistência de plano de saúde são reconhecidas na data do conhecimento das contas médicas quando de sua apresentação para reembolso aos beneficiários ou pagamento aos prestadores;

3.1.3 As demais receitas e despesas operacionais são reconhecidas pelo regime de competência de exercício.

3.2) Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas

São registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, os quais não superam o valor de mercado. As aplicações vinculadas referem-se a quotas de fundo de investimento privado representado exclusivamente por títulos públicos custodiados na CETIP para garantia da provisão técnica de Eventos Ocorridos e não Avisados - PEONA.

3.3) Crédito de Operações de Saúde a Receber

Saldo de operações de saúde vencíveis até 60 dias, líquido da provisão de perdas, são registradas pelo valor de emissão e contratual ajustados ao valor provável de realização quando este for inferior.

3.4) Outros Créditos de Operações Com Plano de Assistência a Saúde

Referente aos montantes não cobrados em razão da suspensão da cobrança do reajuste em 2020 conforme determinação da ANS.

3.5) Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição líquido das depreciações, reduzido ao seu valor recuperável quando aplicável. O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade quando há indícios internos ou externos de que pode estar desvalorizado.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Curadores e Associados da
Associação Civil Pró Saúde dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Civil Pró Saúde dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit, das mutações do patrimônio social, dos fluxos de caixa e o do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Civil Pró Saúde dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

3.6) Provisão de Contribuições Não Ganha

Foi constituída com base no período do risco contratual a decorrer no mês subsequente

3.7) Provisões Para Eventos Ocorridos e não Avisados - PEONA

Foram constituídas em sua totalidade para atender normativos do agente regulador e garantir operações de assistência à saúde de acordo com as regras previstas na RN-393/2015 da ANS.

3.8) Peona Sus

Constituída de acordo com o art. 12-B da RN 442/2018 a razão de 12/24 para o exercício de 2021.

3-9) Ptc – Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações

Apurada de acordo com o art.14-B da RN 442/2018, não havendo necessidade de constituição no exercício em virtude da nova metodologia da RN 476/2021.

NOTA 04 PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social é formado pelo superávit de exercícios e de doações recebidas em bens ou dinheiro.

NOTA 05 -EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de eventos médico hospitalares do documento de informações periódicas – DIOPS do 4º trimestre, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido – Carteira de Planos Individuais/Familiares pós Lei nº 9.656/1998.

Eventos	Rede Contratada	Reembolso	Total
Consulta Médica	133.176,78	180.687,84	313.864,62
Exames	1.297.463,57	70.599,94	1.368.063,51
Terapias	89.084,26	121.413,72	210.507,98
Internações	1.091.173,04	258.947,95	1.350.120,99
Demais Despesas	3.124.611,84	512.053,19	3.636.665,03
Total	5.735.611,84	1.143.053,19	6.879.222,13

NOTA 06 -EFEITOS COVID-19

A entidade tomou as medidas necessárias para proteger seus colaboradores, conscientizando-os sobre as ações de controle ao contágio e transmissão do vírus, e adotando o *home office* para o seu quadro de colaboradores, nas funções que permitem essa prática, medidas estas que visam permitir a continuidade de seus negócios, contribuindo para superar este difícil momento. A operadora está acompanhando os possíveis impactos do Corona Vírus, seus reflexos nas atividades econômicas e em seus negócios. Planos de contingências foram elaborados para manutenção adequada de suas operações sem prejuízos aos seus clientes, fornecedores e colaboradores. Desta forma a empresa manteve as estimativas contábeis de realização dos ativos e liquidação dos passivos de acordo com a continuidade normal de suas atividades.

Carlos Luciano Sant'Ana Vargas
Diretor Presidente

Solange Aparecida Mussilini
Contador CRC-PR nº053032/O-1

PARECER DO CONSELHO CURADOR

No exercício das atribuições estatutárias, os membros do Conselho Curador, da Associação Civil Pró-Saúde dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, examinaram em reunião extraordinária no dia 7 de fevereiro de 2022, conforme ata nº 109, o balanço patrimonial, demonstração do superávit/déficit do exercício e notas explicativas das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, o que após o atendimento de todas as exigências legais, teve parecer favorável deste Conselho, sendo a referida prestação de contas APROVADA. Atesto que procedi os registros devidos no livro de atas às fls.054, do livro nº 02.

Ponta Grossa (PR) 7 de fevereiro de 2022.

LUIZ ANTONIO MARTINS WOSIACK
Presidente do Conselho Curador

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 28 de janeiro de 2022.

ALPHA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-PR nº 004687/O-6

Cyro Lopes de Araújo Junior
Contador CRC-PR nº 050773/O-9